

■ O Devir-“Mulher Negra”: uma proposta ontológica e epistemológica

.....Vanessa Santos do Canto

O movimento feminista se constituiu através de uma longa trajetória de lutas e resistências das mulheres contra a condição de subalternidade que marca sua presença na sociedade ocidental. Destaca-se, contudo, que o próprio termo feminismo, que surge somente na segunda metade do século XIX, traz em si dificuldades teóricas que não devem ser desprezadas, visto que este movimento possui inúmeras divergências em seu interior.

Talvez por isso mesmo, Negri e Hardt (2004) tenham se ocupado do feminismo ao realizarem suas críticas ao Estado pós-moderno que procura, mais uma vez, reduzir a multiplicidade de singularidades, que se apresenta nos tempos atuais, à homogeneidade que se traduzia nas ideias de povo e de Estado-nação. Isto porque o movimento feminista constitui um importante exemplo do que os autores denominam a potência constituinte da multidão.

Além disso, é importante destacar a profunda influência que a filosofia desempenha na formulação de concepções que justificam a ideia de uma inferioridade “natural” da mulher, contribuindo para a definição de uma divisão sexual do mundo marcada pela desigualdade, apesar de serem encontradas algumas leituras dissonantes no que se refere à metafísica dos sexos.

Entretanto, é importante destacar que, apesar de o discurso filosófico dos séculos XIX e XX ter influenciado a produção acadêmica e a forma de organização da sociedade, a ideia da inferioridade das mulheres remonta à Antiguidade. Pode-se dizer que o pensamento de Platão, ao realizar a separação entre mente e corpo, representou um momento importante da filosofia ocidental, tendo influenciado as gerações posteriores. Judith Butler (2003) vai afirmar neste sentido que:

Na tradição filosófica que se inicia em Platão e continua em Descartes, Husserl e Sartre, a distinção ontológica entre corpo e alma (consciência, mente) sustenta, invariavelmente, relações de subordinação e hierarquia políticas e psíquicas. A mente não só subjuga o corpo, mas nutre ocasionalmente a fantasia de fugir completamente à corporificação. As associações culturais entre mente e masculinidade, por um lado, e corpo e feminilidade, por outro, são bem documentadas no campo da filosofia e do feminismo. Resulta que qualquer reprodução acrítica da distinção corpo/mente deve ser repensada em termos de hierarquia de gênero

que essa distinção tem convencionalmente produzido, mantido e racionalizado (p. 32).

Assim, as três grandes ondas do feminismo foram importantes não só para a consolidação de uma pauta abrangente e profundamente marcada pelas diversas correntes teóricas que influenciaram e influenciam o movimento até hoje, mas também para repensar, ainda que muitas vezes de maneira indireta, esta distinção ontológica de que trata Butler. Pode-se dizer que, no campo dos estudos feministas, existe um eixo comum que fundamenta as análises feitas pelas diferentes abordagens teóricas e metodológicas: “Tal eixo – a dominação dos homens sobre as mulheres – é constituído fundamentalmente por uma análise *sobre* e uma luta política *pele* poder” (Meyer, 1996, p. 42).

Diante disso, o poder é um conceito que se torna essencial para este debate²³. Pode ser utilizado para identificar e analisar a diferenças e semelhanças, limites e possibilidades das correntes teóricas presentes no interior do movimento feminista, bem como para refletir acerca de uma rearticulação entre mente e corpo.

Heleieth Saffioti (1995) considera que a noção de poder em Foucault é útil tanto para realizar tanto micro quanto macroanálises, em virtude da ideia de relações desiguais discursivamente construídas. Por sua vez, Dagmar Meyer (1996) se aproxima do campo dos estudos feministas conceito foucaultiano de poder a partir da obra de Joan Scott que procura romper com as análises binárias que se fundam na ideia de oposição e de identidade.

Com efeito, ao elaborar o conceito de gênero dividindo-o em duas proposições conectadas, Scott (1990) afirma que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (p. 14). Este conceito de gênero proposto por Scott implica, em uma das proposições:

Símbolos culturalmente disponíveis que evocam múltiplas representações; [...] conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas; [...] Este

23 Foucault (2007a) o define como “[...] a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (p. 102-103).

tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais. [...] O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. (p. 16)

Dessa forma, a análise aqui realizada adotará a noção de poder de Foucault e da concepção de gênero desenvolvida por Scott (1990), principalmente no que se refere aos elementos políticos e subjetivos daí decorrentes, apesar da importância dos outros dois elementos que compõem sua definição, relacionados aos símbolos e conceitos normativos que definem sua interpretação e determinam a formação das representações sociais.

Isso não significa, contudo, que não serão feitas algumas considerações críticas em relação ao gênero, pois se por um lado, ao ser compreendido como categoria relacional, possibilita questionamentos importantes à noção essencializada de mulher, por outro encobre questões relevantes no que se refere aos limites do construtivismo, conforme se verá adiante.

Por que não gênero? Possibilidades e limites de uma categoria

Efetivamente, não se pode negar que a categoria gênero é útil para uma reflexão crítica acerca de **um sujeito do feminismo** único e universal, pautado em uma identidade biológica, em última instância, em uma natureza imutável. Contudo, essa categoria de análise tem suscitado inúmeros debates no interior do campo dos estudos feministas, embora a noção de poder adotada tenha contribuído para um avanço importante no âmbito dos debates acadêmicos.

Muitas feministas, com efeito, visualizam aspectos extremamente positivos no gênero. Margareth Rago (1998a, 1998b), por exemplo, afirma que o gênero é um importante instrumento para a realização de pesquisas históricas, pois abre um campo de possibilidades ainda não exploradas. Já Lia Machado (1998), ao analisar a passagem de um conjunto de estudos das mulheres para os estudos de gênero, acredita que este último se constitui em um novo paradigma metodológico, superior ao primeiro devido a três motivos:

Em primeiro lugar, porque se está diante da afirmação compartilhada de uma ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias mulher e homem ou de feminino e masculino. E em terceiro lugar, porque se está também diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social (p. 108).

Contudo, esse otimismo não é compartilhado de maneira unânime por todas as feministas. Para Sandra Azerêdo (1994) o gênero deve ser problematizado “tanto como uma categoria de análise quanto como uma das formas que relações de opressão assumem numa sociedade capitalista, racista e colonialista” (p. 207). Ao criticar certas visões parciais acerca do gênero, Azerêdo (1994) chama a atenção para outras produções teóricas que, pelo menos desde a década de 1980, revelam que o gênero muitas vezes encobre as diferenças existentes entre as mulheres, bem como reforça certa visão conservadora da ação política.

Autoras como Joan Scott (1990), Donna Haraway (2004) e Cláudia Costa (1998) vão apontar as dificuldades que a introdução da categoria gênero, tal como formulada em línguas germânicas e anglo-saxônicas, trazem quando transpostas acriticamente para línguas latinas:

As palavras modernas em inglês e alemão “Gender” e “Geschlecht”, referem diretamente conceitos de sexo, sexualidade, diferença sexual, geração engendramento e assim por diante, ao passo que em francês e espanhol elas não parecem ter esses sentidos tão prontamente. Palavras próximas a “gênero” implicam conceitos de parentesco, raça, taxonomia biológica, linguagem e nacionalidade. [...] Gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferença (Haraway, 2004, p. 209).

Além disso, Haraway (2004) destaca que raramente a teoria feminista juntou analiticamente raça, sexo/gênero e classe – apesar das melhores intenções, das palavras de ordem dos autores e das observações nos prefácios dos livros, para perguntar: “E o que aconteceu com classe?” (p.206).

Seguindo na mesma direção, Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg (1994), além de Cláudia Costa (1998), sustentam que, apesar dos possíveis ganhos que a introdução da categoria gênero trouxe para os estudos feministas, a mudança conceitual de sexo para gênero, nem sempre foi acompanhada de uma reformulação no conteúdo.

No Brasil, a ausência de uma reflexão mais aprofundada acerca de como esta categoria foi introduzida permitiu que as acadêmicas a incorporassem aos *women’s studies* sem que fossem identificadas com a militância feminista e, dessa forma, mantendo o caráter “científico” de suas pesquisas, “engrossando assim o que as militantes feministas chamavam pejorativamente de *genéricas*”²⁴ (Costa e Sardenberg, 1994, p. 396, grifos no original).

24 Neste ponto é interessante observar que o termo “genérica” revela uma interessante ambiguidade, principalmente ao se levar em consideração o fato de que os estudos críticos realiza-

Contudo, é importante destacar que o sucesso do gênero enquanto categoria de análise também se deve ao clássico artigo de Gayle Rubin de 2006 no qual ela analisa as contribuições de Marx, Engels, Freud e Lévi-Strauss e problematiza a contribuição de cada um desses estudiosos para compreender as opressões vividas pelas mulheres. Porém, de acordo com Judith Butler (2003) e Donna Haraway (2004), as análises realizadas por Gayle Rubin, apesar de buscarem romper com as dicotomias tais como as de que as mulheres estão para a natureza, assim como os homens para a cultura, não conseguem a tão desejada ruptura, como se verá a seguir²⁵.

Com efeito, Marx não aprofunda a análise da teoria do valor de maneira a incorporar adequadamente o trabalho feminino, para considerá-lo como integrante (em uma leitura realizada a partir da ideia de esferas separadas) do mundo da produção e, dessa forma o relega à esfera reprodutiva da sociedade²⁶. E Engels compreende que a opressão sexual é uma das heranças do capitalismo de formas sociais anteriores.

Com relação a Lévi-Strauss, Rubin vai destacar as ideias acerca dos sistemas de parentesco e do tráfico de mulheres. Segundo a autora, as considerações do antropólogo acerca da relação existente entre uma concepção da mulher como o mais precioso presente e o tabu do incesto teria contribuído para a construção de uma teoria da opressão sexual a partir das estruturas de parentesco, ainda que derivada e secundária. Mas, ela observa que a divisão sexual é também importante para a organização social, sobretudo ao se considerar que o corpo sexuado tornado gênero, obrigatoriamente heterossexual, constrange o exercício da sexualidade da fêmea; assim, nas relações de parentesco, as mulheres viveriam sua sexualidade para o Outro, neste caso representado pela figura masculina (Rubin, 2006).

Rubin (2006) também faz considerações acerca de algumas das ideias desenvolvidas por Freud que fundamentam em boa parte a Psicanálise, em especial

dos pelas “mulheres de cor” norte-americanas “formam a base e organizam a teoria feminista ‘genérica’ na qual conceitos como ‘a casa da diferença’, ‘consciência oposicional’, ‘mulherismo’ (*womanism*), ‘lançada do centro para a margem’, ‘Feminismo do Terceiro Mundo’, ‘*el mundo surdo*’, ‘*la mestiza*’, ‘capitalismo patriarcal racialmente estruturado’ e ‘outro impróprio/não apropriado’ estruturam o campo do discurso feminista à medida que ele decodifica o que significa ‘mulher’ no interior e fora do feminismo” (Haraway, 2004, p. 238-239).

25 Entretanto, é importante destacar que Rubin (1986) em *Reflexionando sobre el sexo* revê muitas de suas colocações apresentadas em *Traffic in women*.

26 Embora este aspecto da obra de Marx tenha merecido desenvolvimentos importantes por parte das teóricas feministas. Neste sentido, ver Butler (1997a) e Weeks (2008).

a conceituação de masoquismo e narcisismo. Segundo a autora, a teoria freudiana emprega uma dupla interpretação em que o masoquismo seria essencial para as mulheres e prejudicial aos homens. Por outro lado, o narcisismo seria possível apenas para os homens, ao passo que impossível para as mulheres.

Assim, para Rubin todos esses autores incluem sexo e gênero nos modos de produção, ao mesmo tempo em que adotam certa visão da exploração sexual como reflexo das forças econômicas. Contudo, sugerem uma visão utópica da política feminista e afirmam que este movimento não deveria visar à eliminação dos homens, mas da estrutura social que cria sexismo e gênero.

Apesar da inegável influência das considerações e do trabalho de Gayle Rubin sobre a produção feminista (sobretudo em relação às feministas socialistas), principalmente na década de 1980, seu trabalho não foi poupado de críticas e reformulações.

Autoras como Judith Butler afirmam que, de certa forma, Rubin ainda manteve a dicotomia entre mente e corpo instaurada desde a Antiguidade e reatualizada durante a Modernidade, a partir de uma metafísica da substância²⁷ que se arraigou nas Ciências Sociais e Humanas (ainda que este fato não seja tão discutido fora dos círculos acadêmicos que se voltam para os estudos feministas).

E Donna Haraway (2004) questiona a abordagem de Rubin no que se refere à sua análise dos sistemas de parentesco. A complementaridade do sexo, ou heterossexualidade obrigatória, que fundaria as estruturas de parentesco tem um limite histórico, político e social, pois:

(...) o que acontece [com esta abordagem] quando as mulheres não são alocadas da mesma forma na instituição de parentesco? E em particular, o que acontece com a ideia de gênero se grupos inteiros de mulheres e de homens são alocados

27 Segundo Butler (2003) a “*metafísica da substância* é uma expressão associada a Nietzsche na crítica contemporânea do discurso filosófico. Num comentário sobre Nietzsche, Michael Haar argumenta que diversas ontologias filosóficas caíram na armadilha das ilusões do ‘Ser’ e da ‘Substância’ que são promovidas pela crença em que a formulação gramatical de sujeito e predicado reflete uma realidade ontológica anterior, de substância e atributo” (p. 42). A autora afirma que esta crítica é importante para desvelar as teorias e ideias populares sobre a identidade de gênero (Butler, 2003). Isto se torna extremamente importante se se tiver em mente que, grande parte da produção feminista no Brasil é pautada no construcionismo social. As noções que esta corrente teórica difunde se tornam particularmente problemáticas ao se perceber que a ideia de construção é pautada “na polaridade filosófica tradicional entre livre arbítrio e determinismo” (Butler, 2003, p.27). Contudo, longe de se concordar com o determinismo deve-se também analisar criticamente a ideia de livre arbítrio, tal como foi formulada na modernidade. Nesse sentido, ver Guimaraens (2004) e Negri (2002).

fora da instituição do parentesco, mas em relação aos sistemas de parentesco de outro grupo, o grupo dominante?” (p. 240).

Haraway (2004) também vai demonstrar a complexidade dessas questões ao serem colocadas em relação ao “Novo Mundo”, especialmente nos Estados Unidos, onde “as mulheres negras não foram constituídas como ‘mulher’, como o foram as mulheres brancas” (p. 240). Em suas palavras:

As mulheres negras foram simultaneamente constituídas, racial e sexualmente – como fêmea marcada (animal, sexualizada e sem direitos), mas não como mulher (humana, esposa potencial, conduto para o nome do pai) – numa instituição específica a escravidão, que as excluía da ‘cultura’ definida como a circulação dos signos através do sistema de casamento. Se o parentesco investia os homens com direitos sobre as mulheres que elas próprias não detinham sobre si mesmas, a escravidão aboliu o parentesco para um grupo num discurso legal que produziu grupos inteiros de pessoas como propriedade alienável (idem).

Assim, a figura imaginária em torno das mulheres, objeto de desejo do Outro, tornava-se real na sociedade escravista de maneiras diferentes e bastante específicas, e o discurso que permeava esta sociedade “as tornava diferentes tanto da figura marxista do trabalhador alienado como da figura feminista ‘não modificada’ do objeto do desejo” (Haraway, 2004, p. 241). Isto significa que as mulheres negras e seus parceiros “não tinham *nome* no sentido apontado Lévi-Strauss ou Lacan” (ibidem, p. 242). Além disso, prossegue, “dar à luz (sem ser livre) ao herdeiro da propriedade não é a mesma coisa que dar à luz (sem ser livre) à propriedade” (ibidem, p. 242). Por isto é que a autora vai defender que a teoria feminista, ao tratar de gênero, deve “adequada e *simultaneamente* ser uma teoria da diferença racial nas condições históricas específicas de produção e reprodução” (ibidem, p. 243). Não se deve esquecer que gênero foi uma categoria desenvolvida para questionar o que significa mulher, ou seja, para problematizar algo que era definido pela ordem natural das coisas, para questionar uma imutabilidade do “ser”.

Por sua vez, Butler (2003) propõe a teoria *queer*; a performatividade como possibilidade radical de subversão das identidades estáveis atribuídas pelo gênero, entendido como a livre construção cultural do corpo sexuado. Sua intenção é contribuir para a teoria e prática política feminista e, dessa forma, apresenta uma crítica contundente à possibilidade de distinção do sistema sexo/gênero pautada nas teorias antropológicas e psicanalíticas analisadas por Rubin (2006). Por um lado, a autora aprofunda a análise de Rubin ao discutir a forma pelas quais os sistemas de parentesco e o tabu do incesto engendram o gênero.

O gênero é, nesta perspectiva, uma construção cultural do corpo sexuado, desde sempre limitado pela natureza e inscrito nos limites estabelecidos pelo sistema de parentesco e pelo tabu do incesto (que, como foi visto anteriormente, instaura a heterossexualidade obrigatória), significa manter a “distinção natureza/cultura e as estratégias de dominação por ela sustentadas” (2003, p. 66). Então este é um limite importante e grave para a teoria feminista pautada no discurso do gênero, uma vez que pode instaurar uma hierarquia contra a qual se propõe resistir. Butler sustenta que, antes de tudo, “é preciso esclarecer se essas importantes críticas de hierarquia do gênero fazem ou não uso de pressuposições fictícias que implicam ideais normativos problemáticos” (2003, p. 65)²⁸.

Por outro lado, Butler defende que a crítica genealógica de Foucault é um importante mecanismo para questionar as teorias lacanianas²⁹ no que se refere à formação de uma heterossexualidade compulsória, baseada em categorias estáveis de sexo e de identidade, pois:

Em oposição a essa falsa construção do “sexo” como unívoco e causal, Foucault engaja-se num discurso inverso, que trata o “sexo” como efeito e não como origem. Em lugar de “sexo” como causa e significação originais e contínuas dos prazeres corporais, ele propõe a “sexualidade” como um sistema histórico aberto e complexo de discurso e poder, o qual produz uma denominação

28 Segundo Haraway (2004) propostas críticas como a de Judith Butler, realizadas à identidade de gênero, que se baseiam em uma ficção tal como a de coerência heterossexual e que demonstra o racismo feminista de certas correntes, depara-se com a resistência de muitas feministas. Estas correntes do feminismo argumentam que se pode perder um norte para a atuação política, “já que o conceito de sujeito murcha sob o ataque às identidades centradas e às ficções que as constituem” (Haraway, 204, p. 219). Este parece ser o caso de D’Atri (2008) que pode ser situada entre aquelas análises arqueológicas de que trata Negri (2003). A autora faz uma leitura enviesada da obra de Judith Butler e, apesar de citar o artigo *Merely Cultural* e a controvérsia com Nancy Fraser (1997) acerca do livro *Justice Interruptus*, afirma que as propostas da teórica *queer* induzem à armadilha pós-moderna e a atuação política dos movimentos sociais a mera política de identidades que não leva em consideração a luta de classes.

29 Em *Bodies that matter* Butler (1993) apresenta três críticas fundamentais acerca da categoria sexo e da noção de diferença sexual em Lacan. A primeira diz respeito ao uso da “diferença sexual” para denotar uma relação simultaneamente anatômica e linguística, que implica uma cegueira tautológica; a segunda é na realidade, outra tautologia que aparece quando ele afirma que o sujeito emerge apenas como uma consequência do sexo e da diferença sexual, e ainda insiste que o sujeito deve realizar e assumir sua posição sexuada dentro da linguagem e, em terceiro lugar, a versão lacaniana do sexo e da diferença sexual implica que sua descrição da anatomia e do desenvolvimento não examina a estrutura da heterossexualidade obrigatória.

imprópria de “sexo” como parte da estratégia para ocultar e portanto perpetuar as relações de poder (Butler, 2003, p. 142).

Se é verdade que Butler causa um profundo golpe nas teorias construcionistas, pois ao desconstruir o gênero, o sujeito que é engendrado perde a sua estabilidade, passa-se então a questionar qual o sujeito do feminismo. Pois, conforme destaca Haraway (2004), no Ocidente “não ter a propriedade do eu é não ter capacidade de atuação” (p. 220).

Uma questão epistemológica: o devir-“mulher negra” enquanto categoria de análise

Conforme destacado anteriormente, diante da introdução dos estudos de gênero e das críticas ao sujeito universal e estável da modernidade, a ‘mulher’ enquanto categoria de análise e sujeito do feminismo passou a ser cada vez mais questionada, devido à ligação a uma concepção de identidade biológica que a definiria *a priori* e resultaria em uma natural irmandade entre todas as mulheres, não obstante as diferenças existentes entre elas. Neste sentido, impõe-se refletir acerca de uma categoria de análise que contemple as especificidades históricas e sociais, bem como as práticas discursivas e os processos de produção dos sujeitos no contexto brasileiro, sempre tendo em mente que os conflitos existentes entre saber e poder na produção de verdade, devem ser pontuados.

Cláudia Costa (1998), ao tratar do que denomina o “tráfico do gênero”, realiza uma síntese bastante interessante sobre os debates acadêmicos travados acerca do sujeito do feminismo. Segundo a autora, algumas feministas criticam a dissipação do gênero diante da crescente heterogeneidade implementada pelas feministas de “cor”, naquele movimento que ficou conhecido como “feminismo da diferença”.

Contudo, as feministas ligadas ao pós-estruturalismo são responsabilizadas pela perda de sentido das categorias gênero e mulher, na sua ânsia de romper com os essencialismos, binarismos e lógicas identitárias, categorias que remetem a uma proposta política conservadora. Cláudia Costa (1998) defende, apesar de todos os ganhos advindos da utilização da categoria gênero, o retorno da noção de mulher, uma categoria política heterogênea, construída historicamente por discursos e práticas variados, sobre os quais repousa o movimento feminista (p. 133). Em um artigo publicado na *Cadernos Pagú* ela remete à perspectiva de Gayatri Spivak, para quem a categoria ‘mulher’ deve ser vista como “essencialismo positivo, uma posição que as feministas devem arriscar, pois isso nos oferece uma

percepção mais prática do pós-estruturalismo do que aquele tipo de metafísica negativa sempre nervosa com a possibilidade do essencialismo estar de tocaia pelos cantos” (Spivak citada por Costa, 2002, p. 73).

Concordando com Spivak, Costa (2004) também defende o retorno da mulher enquanto categoria de análise, por acreditar que “nos debates feministas sobre relações de gênero, o tema das desigualdades entre as mulheres, além de ocupar menos espaço e emoção, encontra-se subordinado, regularmente, ao das desigualdades entre os sexos” (p. 24-25)³⁰. Ou seja, para a autora, as disputas acadêmicas acerca de se abolir os estudos sobre as mulheres em detrimento dos estudos de gênero, em muitos casos, revelam uma disputa sobre a relevância dos temas a serem estudados. Trata-se, em suma, da questão relativa à produção de verdade, conforme destaca Michel Foucault.

Neste sentido é que optamos por uma epistemologia que coloca em questão a categoria gênero por considerá-la problemática sob vários aspectos. Esta opção também demarca uma opção política, pois compreendemos que o fazer acadêmico não é neutro. Segundo Rago (1998b), a epistemologia define um campo de conhecimento,

o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto do conhecimento e a própria representação do conhecimento como verdade de uma (ou seriam várias?) epistemologia feminista, ou um projeto feminista de ciência (p. 03).

Não é demais enfatizar que pensar em termos epistemológicos não é tarefa trivial, especialmente tendo em vista as dificuldades encontradas acerca deste debate no campo de estudos feministas. De acordo com Rago (1998b), isto se torna ainda mais visível no Brasil, onde não haveria nem clarezas nem certezas em relação a uma teoria feminista do conhecimento.

Não apenas a questão é pouco debatida mesmo nas rodas feministas, como em geral, o próprio debate nos vem pronto, traduzido pelas publicações de autoras do Hemisfério Norte. Há quem diga, aliás, que a questão pouco interessa ao ‘fe-

30 No mesmo sentido, Prins & Meijer (2002) afirmam que a heteronormatividade também obscurece poderes performativos entre as mulheres. Segundo elas: “Historiadoras feministas têm mostrado que a estabilidade das identidades de gênero não dependem automaticamente de negociações heterossexuais, mas também de diferenças *entre* mulheres ‘respeitáveis’ e outras mulheres, entre homens ‘respeitáveis’ e outros homens” (p. 164). Embora Butler insista no fato de que nestes casos a questão da homossexualidade feminina não é nomeada, não entra nas discussões acerca do que é próprio e do que é impróprio.

minismo dos trópicos', onde a urgência dos problemas e a necessidade rápida de interferência no social não deixariam tempo para maiores reflexões filosóficas (Rago, op. cit., p. 2-3)

Dessa forma, ainda que a tarefa seja complexa, apresentaremos algumas reflexões acerca de uma categoria de análise que busca compreender os dilemas que se apresentam na sociedade brasileira quando se busca analisar as hierarquias impostas através do gênero e do racismo na sociedade brasileira.

Kia Caldwell (2001), ao realizar uma análise comparada sobre a política de produção de conhecimento acadêmico relativo à questão das mulheres negras no Brasil e nos Estados Unidos, observa que os primeiros estudos específicos sobre a temática foram realizados por militantes dos movimentos negros, feministas e de mulheres, o que imprimia um forte caráter de denúncia nestas produções. Sandra Azerêdo (1994) também critica a restrita produção acadêmica sobre mulheres negras, bem como a relativa escassez de discussões de temas que se relacionam com as mulheres negras nas publicações feministas do Brasil. Assim como Caldwell (2001), a autora destaca o quase desconhecimento das obras de mulheres de “cor” dos Estados Unidos que já têm uma reflexão mais amadurecida acerca da articulação entre gênero e racismo³¹.

Diante disto, retomaremos as considerações de Rago (1998a) acerca da dimensão epistemológica da produção de conhecimento, já que, “mais do que nunca a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutiva da produção dos saberes, como aponta de outro lado, Michel Foucault” (p. 05). Com efeito, esta é uma questão importante tanto para os estudos sobre as mulheres quanto para os estudos de gênero. Rago, nesse sentido, se aproxima da corrente filosófica pós-moderna, pois esta perspectiva, segundo ela, propõe:

(...) a desconstrução das sínteses, das unidades e das identidades ditas naturais, ao contrário da busca de totalização das multiplicidades. E, fundamentalmente, postula a noção de que o discurso não é reflexo de uma suposta base material das relações sociais de produção, mas produtor instituinte de reais (Rago, 1998a, p. 5).

Mas como propor uma epistemologia sem cair nas armadilhas que procuramos incessantemente evitar? Iremos recorrer mais uma vez a Judith Butler, autora que propõe algo que possibilita pensar em uma epistemologia que apreenda a dimensão ontológica que estamos defendendo no presente trabalho. Butler

31 No mesmo sentido, ver Haraway (2004).

afirma que se deve adotar uma perspectiva em que a “passagem de uma explicação *epistemológica* da identidade para uma que situa a problemática nas práticas de *significação* permite uma prática significativa possível e contingente” (2003, p. 210). Isto implica que a questão da *ação* seja reformulada para por em questão o modo como funcionam a significação e a ressignificação (idem).

Assim, o *de vir*-“mulher negra”, que só pode “ser” no ato mesmo que o realiza, rejeitando qualquer identidade definida previamente, pode ser entendido como prática de ressignificação nos termos propostos por Butler e, dessa forma, a dimensão ontológica se confunde com a epistemológica, permitindo uma crítica ao sujeito definido *a priori* e ao essencialismo.

Uma questão ontológica: ser ou tornar-se “mulher negra”? Ou, do *de vir*-“mulher negra”

Ao refletir sobre esta desconstrução operada por Judith Butler, é inevitável retomar a célebre frase de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Esta afirmação significou uma profunda transformação nas práticas e nos estudos feministas. Com efeito, muito do que se tem produzido até hoje em termos de pensamento feminista é ancorado, de alguma forma, nas ideias desta intelectual francesa. As teorias de Beauvoir ecoam até hoje no projeto de emancipação das mulheres e suscitam acalorados debates entre as feministas “brancas” e as “não-brancas”.

É preciso, em primeiro lugar, destacar que esta afirmação trata de uma questão ontológica, pois a ontologia diz respeito àquilo que se refere ao ser³². E assim a questão que se coloca não é de saber que sujeito é este que não nasce, mas se torna mulher, mas refletir sobre os processos de subjetivação que acompanham este tornar-se mulher³³.

32 Contudo, na proposta materialista de Negri (2003), a ontologia é colocada a partir de uma perspectiva que permita “pensar o método dentro de um imaginário de libertação do ser” (p. 100), a partir do materialismo de Espinosa. O autor considera que esta é uma abordagem que “[...] ensina a movimentar-se entre o produtivo e o produto, entre o concreto e o abstrato, entre o subjetivo e o objetivo, entre o construtivo e o instituído” (p. 100).

33 Deleuze (1992) ao refletir sobre alguns aspectos da obra de Michel Foucault, no que se refere à questão do sujeito, destaca que: “um processo de subjetivação, isto é, uma produção de modo de existência, não pode se confundir com um sujeito, a menos que se destitua este de toda a interioridade e mesmo de toda identidade. A subjetivação sequer tem a ver com a ‘pessoa’: é uma individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento [...]. É um modo intensivo e não um sujeito pessoal” (p. 123).

Neste sentido, Butler (2003) realiza críticas importantes a Simone de Beauvoir, na medida em que sua leitura parece pressupor um sujeito preexistente ao ato que realiza, ou seja, o ato de tornar-se mulher, bem como um determinismo entre o corpo sexuado e o gênero que assume. Isto porque, para Beauvoir, a associação do feminino com o corpo (ainda que o considere como uma situação) e, por outro lado, a rejeição do corpo masculino, leva ao entendimento de que a liberdade radical é necessariamente incorpórea (idem). Segundo Butler, o sujeito de Beauvoir é sempre masculino e se diferencia “de um ‘Outro’ feminino que está fora das normas universalizantes que constituem a condição de pessoa, inexoravelmente ‘particular’, corporificado e condenado à imanência” (Butler, 2003, p. 31). Além disto, ela questiona se o corpo não admite genealogia; o próprio Foucault, em seu artigo sobre o tema da genealogia, apresenta o corpo como “superfície e cenário de uma inscrição cultural” (ibidem, p. 186), corpo que é atravessado pela história em seu “gesto essencial e repressor” (ibidem, p. 187).

Além disso, Butler apresenta a noção de “abjeto” retirada de Julia Kristeva, que designa tudo o que é expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente ‘Outro’; essa construção de um ‘não eu’ como abjeto estabeleceria, segundo Butler, as primeiras fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito (ibidem, p. 190-191). A leitura que Butler faz da noção de abjeto para compreender o sexismo, o racismo e a homofobia, parte da leitura de Iris Young:

(...) o repúdio de corpos em função de seu sexo, sexualidade e/ou cor é uma “expulsão” seguida por uma “repulsa” que fundamenta e consolida identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciação de sexo/raça/sexualidade. Em sua apropriação de Kristeva, Young mostra como a operação da repulsa pode consolidar “identidades” baseadas na instituição do “Outro”, ou de um conjunto de Outros, por meio da exclusão e da dominação (Butler, 2003, p. 191).

E vai ser em *Bodies that matter* (1993) que Butler irá aprofundar a reflexão acerca da noção de abjeto e de materialidade do corpo, questão que já tinha sido apresentada em *Problemas de Gênero* (1990, 2003), além de oferecer interessantes chaves de leitura para a problemática que se coloca ao se pensar o devir-“mulher negra” enquanto ontologia, a partir de uma leitura da performatividade como subversão de gênero.

Segundo Butler (1993), a performatividade de gênero deve ser entendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas como reiteração de uma norma

ou conjunto de normas, uma repetição, por meio da qual o discurso produz os efeitos que nomeia, que qualifica. Numa tentativa de reformular a questão da materialidade do corpo no pensamento filosófico do Ocidente, a autora propõe que, ao invés de se pensar em termos de construção, seja resgatada a noção de matéria não como um lugar ou superfície, mas como um processo de materialização que estabiliza a todo o momento a produção dos efeitos limitados, fixados e aparentes do que se denomina matéria. Ela realiza, além disso, um resgate das várias conotações que a ideia de matéria assume no pensamento grego e latino, na filosofia de Aristóteles (comparando-a com o Vigiar e Punir de Foucault³⁴) e de Platão. Em relação a Platão, Butler faz uma consideração importante no que se refere à questão da exclusão não apenas das mulheres, mas também uma exclusão racializada de Outros, que devido à sua natureza, seriam menos racionais.

A entrevista de Judith Butler a Prins & Meijer (2002) é esclarecedora, principalmente no que se refere à ideia corpos abjetos, de corpos que não são inteligíveis e, dessa forma não têm uma existência legítima, não se materializam, vivendo na sombra da ontologia. Por outro lado, esses corpos existem como poder excluído, disruptivo. Este é um ponto importantíssimo para as reflexões aqui colocadas sobre ontologia, já que

(...) todo esse território da ontologia que o bom filósofo, aquele conceitualmente puro, considera óbvio já vem profundamente corrompido em sua origem. [...] O que eu poderia dizer é que "há corpos abjetos", e isso poderia ser um performativo ao qual eu atribuo ontologia. Eu atribuo ontologia exatamente àquilo que tem sido sistematicamente destituído do privilégio da ontologia. O domínio da ontologia é um território regulamentado: o que se produz dentro dele, o que é dele excluído para que o domínio se constitua como tal, é um efeito do poder (Butler apud Prins & Meijer, 2002, p. 161).

Ao se recolocar a questão de ser ou tornar-se "mulher negra", ou melhor, ao se refletir sobre o *devenir*- "mulher negra"³⁵, na realidade, interessa menos a dis-

34 Na realidade, Judith Butler aborda a leitura dessa obra de Foucault em três momentos distintos: em *Problemas de Gênero*, em que a autora afirma que pode ser lida como uma reescrita da doutrina da internalização de Nietzsche; em *Bodies that matter*, quando trata da noção aristotélica de *schema* em relação aos corpos como um nexa historicamente contingente de saber/discurso e, em *The psychic life of power*, onde retoma o processo de subjetivação do prisioneiro e compara criticamente com o processo de formação da consciência em Freud.

35 O *devenir* é um conceito que tem um destaque especial na obra de Gilles Deleuze. No que se refere à epistemologia feminista o conceito é de extrema importância para se pensar a subjetivação enquanto processo. Segundo Deleuze (1992): O *devenir* não é a história: a história designa

cussão entre construtivismo *versus* essencialismo (embora esta seja uma questão importante)³⁶, mas a ausência da(s) mulher(es) negra(s) da dimensão ontológica. Esta questão é mais bem esclarecida na medida em que a noção de abjeto se refere não apenas ao sexo e à heterossexualidade compulsória, mas “a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como não importante” (Butler apud Prins & Meijer, 2002, p. 161).

Essas considerações remetem também a dois conceitos presentes no pensamento de Foucault, quais sejam, o de biopoder e de biopolítica. A relevância de se compreender esses conceitos está relacionada com o papel que desempenham na compreensão do abjeto e de sua legitimidade para a ação política, além de serem fundamentais para a compreensão do papel que o corpo desempenha nos processos produtivos contemporâneos.

A noção de biopoder aparecerá pela primeira vez na *História da Sexualidade, volume 1* mas Foucault irá retomá-la em *Em defesa da sociedade e Segurança, Território, População*. Segundo o filósofo, o biopoder consiste na inversão que o direito no século XIX irá realizar em relação ao antigo direito de soberania. Passa-se de um direito de fazer morrer ou deixar viver para um poder de fazer viver e de deixar morrer. Segundo Antonio Negri (2003) o biopoder significa o momento em que o Estado expressa seu comando sobre a vida através de suas tecnologias e dispositivos de poder.

Por outro lado, o conceito de biopolítica³⁷ aparece em Foucault nos cursos intitulados *Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica* e sugere certas transformações que ocorrem entre o fim do século XVIII e começo

somente o conjunto das condições, por mais recentes que sejam, das quais desvia-se a fim de ‘devir’, ou seja, de criar algo novo” (p. 211). O devir é uma potência criadora. Além disso, ao se refletir sobre as mulheres negras, é esclarecedor o que o filósofo denomina devir minoritário, pois “uma minoria não tem modelo, é um devir, um processo” (p. 214).

36 “O debate essencialismo/construtivismo tropeça em um paradoxo que não é facilmente ou na verdade, não é jamais superado. [...] argumentar que o corpo é um referente evasivo não equivale dizer que ele é apenas e sempre construído. De certa forma, significa exatamente argumentar que há um limite à construtividade, um lugar, por assim dizer, onde a construção necessariamente encontra esse limite” (Butler apud Prins & Meijer, 2002, p. 158).

37 É importante salientar que este conceito traz consigo duas contradições. Segundo Revel (2005), a primeira diz respeito ao fato de que em um primeiro momento Foucault se refere à biopolítica relacionando-a à manutenção da ordem e da disciplina por meio do crescimento do Estado e, posteriormente parece se relacionar com a ultrapassagem da dicotomia Estado e sociedade. E, a segunda contradição diz respeito à forma de se pensar a biopolítica como conjunto de biopoderes. Neste sentido, Negri (2003) complementa o comentário de Revel e atribui uma

do século XIX que, passam a governar não apenas os indivíduos por meio de processos disciplinares, mas uma população. Além disso, se relaciona com o surgimento do liberalismo³⁸.

Negri (2003) afirma que o conceito de biopolítica expressa a emergência da subjetividade, o ponto principal da ontologia social contemporânea. Segundo o autor, “fala-se em biopolítica quando a análise crítica do comando é feita do ponto de vista das experiências de subjetivação e de liberdade, isto é, de baixo” (Negri, 2003, p. 107). Assim, na leitura de Negri, o conceito de biopolítica se refere às resistências e aos conflitos decorrentes dos choques com o poder. Além disso, o filósofo italiano afirma que o material primordial da multidão é a **carne**, ou seja, aquela substância viva **comum** na qual corpo e intelecto coincidem e são indiferenciados, “pura potencialidade, a força que não é formada pela vida, um elemento do ser” (ibidem, p. 167-168). Ou seja, para o autor, a dimensão ontológica se revela, torna-se realidade, a partir da interlocução entre a linguagem e a **experiência do comum** “que se coloca como base e pressuposto de cada expressão humana produtiva e/ou reprodutiva” (ibidem, p. 173).

E por que fazemos tais considerações? Por que conjugar uma ontologia em que se demonstra a necessidade de incluir corpos abjetos para em seguida apresentar noções como biopolítica e biopoder? Por que tais considerações são realizadas ao se pensar uma ontologia, em **de vir “mulher negra”**? Ora, as respostas a tais questões, ainda que de maneira parcial, são encontradas em Lélia Gonzalez (1983), feminista e militante do movimento negro brasileiro inova ao refletir acerca do papel ocupado pelas mulheres negras nos discursos sobre o racismo e sexismo, a partir de Freud e de Lacan³⁹, retomando a ideia de lugar natural apresentada na filosofia de Aristóteles. Na realidade, seu texto pode ser lido como um esforço para demonstrar os processos pelos quais estes corpos se tornam mulheres negras, aos quais são destinados certos lugares na sociedade, pois a “mulher negra é **naturalmente** cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta (Gonzalez, 1983, p. 226) (grifo nosso).

dimensão de resistência à noção de biopolítica a partir dos estudiosos da obra de Foucault que desenvolvem esta noção.

38 Neste sentido, ver principalmente Foucault (2008b).

39 Apesar de se reconhecer a problemática que encerram as teorias destes autores, conforme já foi demonstrado até aqui, não se pode negar que o esforço analítico de Lélia Gonzalez, ao incorporar tais ideias representa um salto tanto para o pensamento feminista brasileiro quanto para os movimentos negros embora este fato não seja muito discutido.

As mulheres negras também são vistas, segundo Gonzalez, como mulata, doméstica e/ou mãe preta⁴⁰. Neste sentido, a naturalização perpetrada por meio do racismo e do sexismo (também construídos e naturalizados por múltiplas práticas discursivas), de certa forma constituem a dimensão abjeta desses corpos negros. E, por serem corpos abjetos, segundo o que foi anteriormente colocado, são os principais alvos do biopoder.

Por outro lado, esses corpos abjetos, apesar de não serem considerados inteligíveis e, portanto, sendo destituídos de legitimidade política e normativa, existem e resistem. Nestes termos, a dimensão biopolítica, a resistência se dá a partir daquele aspecto excluído, disruptivo de que trata Butler (1993), pois “assim como as superfícies corporais são impostas como o natural, elas podem tornar-se o lugar de uma *performance* dissonante e desnaturalizada, que revela o *status performativo* do próprio natural⁴¹” (p. 210).

Frantz Fanon (1983) também contribui para a formulação desta proposta ontológica/epistemológica do devir-“mulher negra” a partir da ideia de que o negro deve se libertar de um corpo que o enclausura no seu processo identificação, atando-o a uma concepção monolítica da história e à uma ancestralidade essencializada⁴². Para o autor, a liberdade é o único destino. E, nesta perspectiva, somente existe liberdade radical quando o negro produz a si mesmo a partir da experiência cotidiana de cada dia vivido, longe de qualquer predeterminação transcendental.

Há de um lado e do outro do mundo, homens que procuram. Não sou prisioneiro da História. Nela não devo procurar o sentido do meu destino. Devo me lembrar; a cada instante, que o verdadeiro salto consiste em introduzir à criação na existência. No mundo para o qual eu me encaminho eu me renovo continuamente. Sou solidário do Ser na medida em que o ultrapasso (Fanon, 1983, p. 188).

40 Aqui se destaca a discordância de Barreto (2005), pois a autora afirma que Lélia não problematiza o fato de que os valores ensinados pela mãe preta estavam em disputa. Pelo contrário, sustenta-se que ela sabia deste fato e o deixou claro logo após a epígrafe que abre o texto ao afirmar que os processos de identificação do dominado com o dominador já haviam sido amplamente discutidos por Frantz Fanon e Albert Memmi. Sua preocupação principal era investigar o lugar da mulher negra no discurso articulando-o às questões de gênero, raça e classe.

41 Para uma leitura esclarecedora acerca da performatividade enquanto subversão, ver Butler (1997a).

42 Embora Bhabha (1998) afirme que Fanon rejeite a ontologia, acredita-se que sua rejeição se refira àquela que prevê um sujeito anterior à ação, pois para ele a ação é primordial. Contudo, ao se compreender a ontologia nos termos aqui propostos, acredita-se que há total coerência com sua perspectiva da construção de um novo homem, de um novo humanismo.

Além disso, a dimensão da experiência⁴³, aqui entendida tanto como experiência individual, mas também como algo além de si, como prática coletiva de resistência aos dispositivos do poder e aos processos de assujeitamento, torna-se essencial para a compreensão desta proposta do devir-"mulher negra" sobre a qual estamos refletindo. Compreendemos o devir "mulher negra" como ontologia, nos termos propostos por Negri, em que não há diferenciação entre mente e corpo; e uma "mulher negra" que abandona o ser conforme propõe Fanon. O mesmo corpo que a torna mulher/mulheres negra(s) deve ser seu instrumento de subversão.

Esse devir-"mulher negra" que estamos propondo aqui é uma construção política, ou talvez fosse melhor afirmar é uma construção biopolítica, que se impõe às investidas do biopoder que busca prendê-la em seu corpo (abjeto) e mantê-la fora da ontologia e da legitimidade política.

Considerações finais

Atualmente, as discussões acerca do racismo e sexismo estão presentes não apenas no Brasil, embora com conotações específicas de acordo com o contexto de cada sociedade em que o debate é realizado. É importante destacar este aspecto para que não se caia na armadilha de pensar que estes são temas que se circunscrevem ao território nacional. Na verdade, eles estão em todos os lugares.

O questionamento da metafísica ocidental, bem como, da forma como seus discursos contribuíram para uma divisão sexualmente hierarquizada do mundo foram primordiais para se compreender o processo de surgimento do feminismo e de um discurso próprio. Esse discurso ainda se encontrava preso (e pode-se dizer que apesar dos esforços realizados por muitas pensadoras, ainda se encontra) às matrizes de uma divisão binária do mundo, em que as mulheres eram (e, na maioria das vezes ainda se encontram) excluídas da cultura.

Então, o desafio colocado é pensar uma categoria de análise que abarque questões ontológicas e epistemológicas: o devir-"mulher negra", como uma proposta biopolítica, de resistência e materialista. Isto porque os estudos que descrevem as experiências das mulheres negras, ou as apresentam apenas como vítimas (o que contribui para reificar aquele lugar natural a ser desempenhado na sociedade), ou como rainhas e guerreiras (herdeiras de um passado há muito esquecido). Aqui a dialética é reafirmada.

Contudo, é preciso avançar. Não se trata de esquecer o passado, mas simplesmente de não se tornar escravo de uma história da escravidão. Fanon (1983) já

43 Uma síntese bastante esclarecedora acerca deste conceito é encontrada em Revel (2005).

destacava a necessidade de ruptura com a transcendência. A relação obrigacional (base da sociedade moderna) que sempre pressupõe um credor e um devedor deve ser repensada.

Assim, o devir-“mulher negra” pode ser auxiliar na reflexão sobre as armadilhas transcendentais que aprisionam a(s) mulher(es) negra(s) em seu corpo e direciona sua luta a partir passado. É preciso ir além, pois o passado não deve ser um valor intrínseco em si mesmo. Como afirmava Fanon (1983), o passado deve ser tomado ou condenado através de escolhas sucessivas, pois somente através da luta é que se constrói outro presente.

Referências

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. In: *Estudos feministas*. CIEC/ECO/UFRJ, Número especial, out. 1994, p. 203-216.

BARRETO, Raquel Andrade. *Enegrecendo a feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova York, Londres: Routledge, 1990. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. Nova York, Londres: Routledge, 1993.

_____. Merely Cultural. In: *Social Text*, No. 52/53, Queer Transexions of Race, Nation, and Gender (Autumn - Winter, 1997a), p. 265-277 Published by: Duke University Press Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/466744> Acessado em: 17/09/2008.

_____. *The physic life of power: theories in subjection*. Califórnia: Stanford University Press, 1997b.

CALDWELL, Kia Lilly. Racialized Boundaries: Women’s Studies and the Question of “Difference” in Brazil. In: *The Journal of Negro Education*, vol. 70, n. 3, Black Women in the Academy: Challenges and Opportunities (Summer, 2001), p. 219-230. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3211212>. Acessado em: 17/09/2008.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Teoria e práxis feminista na academia. Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, número especial, 2. sem. 1994, p. 387-400

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. In: *Cadernos Pagu*, n. 19, 2002, p. 59-90.

_____. O tráfico do gênero. In: *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998, p. 127-140.

COSTA, Sueli Gomes. Movimentos feministas, feminismos. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 12(N.E.): 264, setembro-dezembro, 2004. p. 691-703.

_____. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. In: *Estudos feministas*, n.º 2, 2002, p. 301-323.

D'ATRI, Andrea. *Pão e Rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo*, São Paulo: Edições Iskra, 2008.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito: Curso no Collège de France: (1981-1982)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *História da sexualidade* (vol. I): A vontade de saber. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007a.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2007b.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz. Antônio Machado A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília, ANPOCS, 1983.

GUIMARAENS, Francisco de. *O poder constituinte na perspectiva de Antonio Negri: um conceito muito além da modernidade hegemônica*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: *Cadernos Pagu*, n. 22, 2004, p. 201-246.

HOOKS, Bell. *Yearning: race, gender and cultural politics*. Boston, MA: South End Press, 1990.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? In: *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998, p. 107-125.

MEYER, Dagmar Estermann. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Orgs.). *Gênero & saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *O trabalho de Dionísio: para a crítica ao Estado pós-moderno*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF-PAZULIN, 2004.

NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PRINS, Baujke; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. In: *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1. Florianópolis, 1. semestre, 2002, p. 155-167.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. In: *Cadernos Pagu*. n. 11, 1998a, p. 89-98.

_____. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. (orgs.) *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998b.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Editora Claraluz, 2005.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the “political economy of “sex”. In: *Feminist Anthropology: a reader*, Hardcover, 2006.

_____. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole S. (Comp.) *Placer y peligro. Explorando la sexualidad femenina..* Madri: Ed. Revolución 1989, p. 113-190.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. (Orgs.) *Uma questão de gênero*. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 1995.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Mulher e Realidade: mulher e educação*. Porto Alegre, Vozes, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

WEEKS, Kathy. Vida no e contra o trabalho: afetos, crítica feminista e política pós-fordista. In: *Lugar Comum* n. 25-26, 2008, p. 17-38.

■.....Vanessa Santos do Canto é advogada, mestre em Serviço Social pela PUC-Rio.
E-mail: nscanto@yahoo.com.br.